GDF - Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer

Coordenadoria Regional de Ensino do Paranoá

ESCOLA CLASSE LAMARÃO

PROPOSTA PEDAGÓGICA

Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. "Pessoas transformam o mundo."

Paulo Freire

Brasília, Março de 2019.

Sumário

1 - Apresentação 3

2 – Historicidade.....4

3- Diagnóstico da Realidade.....5,6,7,8

4 - Função Social da Escola.....8

5 - Princípios Orientadores.....8,9,10

5.1- Princípios da Educação Integral.....10,12

6 - Objetivos.....12

6.1- Objetivo Geral.....12

6.2- Objetivos Institucionais 12,13,14

7 – Concepções Teóricas.....14,15,16,17

8- Organização do Trabalho Pedagógico 18

8.1- Um Currículo Voltado para Aprendizagens Significativas….....19, 20

9 – Concepções, Práticas e Estratégias de Avaliação.....21,22

10 – Organização Curricular 23

10.1 – Da Educação Infantil 23,24

10.2 – Do Ensino Fundamental – Anos Iniciais 24,25,26

10.3 – Dos Deveres de Casa: Uso Formativo 26,27

10.4 – Da Recuperação Contínua 27,28,29

10.5 – Do Conselho de Classe 29,30,31

10.6 – Dos Registros de Avaliações 32

10.6.1 – Provas ou Testes 32,33

11 – Plano de Ação do PPP.....34,35,36

12 – Acompanhamento e Avaliação.....36

13 – Projetos Específicos.....37

14 – Referências Bibliográficas.....38

15 – Anexos.....39,40,41,42,43,44

1 – Apresentação

A Proposta Pedagógica da Escola Classe Lamarão orienta-se pela compreensão de que o processo educacional é uma "atividade mediadora", no contexto sócio - econômico - cultural de uma nação. Neste sentido, busca construir um processo educativo centrado, numa concepção humanista que pressupõe historicidade do ser humano na plenitude de suas relações sociais.

A Proposta Pedagógica é resultado do trabalho coletivo de professores, representantes de alunos e pais, equipe pedagógica, funcionários e direção. Tem o objetivo maior de consolidar o compromisso de toda comunidade de ensino ofertada. Também, pretende constituir-se como referencial para a práxis pedagógica. Neste particular, projeta uma proposta de ação - reflexão em direção a construção de uma escola - cidadã.

A construção da escola - cidadã se orienta pelo decidido investimento na formação da cidadania, no compromisso com a gestão democrática e na valorização do magistério.

Essa Proposta Pedagógica, manifesta a intencionalidade de toda comunidade escolar em compartilhar responsabilidades, para viabilizar práticas educativas emancipadoras e articuladas com o mundo do trabalho e das múltiplas atividades humanas. Assim, a missão da Escola Classe Lamarão se apresenta com o propósito de: Ser uma escola - cidadã que oferta educação básica promovendo permanentemente a difusão de valores fundamentais ao convívio social, a produção e socialização do conhecimento, o desenvolvimento da capacidade de aprender, da autonomia intelectual e do pensamento crítico e o aprimoramento do educando como pessoa humana.

Também se ressalta que essa Proposta Pedagógica não está “pronta”, mas tão somente reflete uma parte da caminhada educativa que se pretende servir como diagnóstico para o redirecionamento dos objetivos formadores aqui construídos.

O documento que apresentamos é um marco na história de nossa Escola, não só pelo tempo que todos os nossos profissionais dedicaram à sua construção, mas, especialmente, porque evidencia **quem somos o que fazemos, por que fazemos, e onde queremos chegar.**

A nossa Proposta Pedagógica contém profundidade bem como valor por si mesmo, mas ganhará força, vitalidade na prática educativa e, principalmente, nos resultados que serão alcançados por meio do crescimento e do desenvolvimento de nossos alunos. Somos todos autores deste documento: foi escrito por nós. Almejamos que possa ser, de agora em diante, a grande luz que vai dar vida aos nossos sonhos de educadores, de cidadãos e de seres humanos.

2 – Historicidade

A Escola Classe Lamarão, localizada na BR 251 km 07 DF 285 VC 441, Núcleo Rural Lamarão, Paranoá / DF foi construída em 1979, tendo seu funcionamento iniciado em fevereiro de 1980. Por se tratar de escola rural inserida em uma comunidade com apenas 28 chácaras, seu número de alunos era abaixo de cem (100) alunos. Contava com poucos professores e suas turmas eram multisseriadas. Até o ano de 1993 não possuía diretora, o cargo era ocupado por uma professora intitulada “responsável”, que também atuava em sala de aula e somente no ano de 1994 foi criado o cargo de “diretor para escolas rurais”. Em 1995 foi implantada a modalidade de pré-escola.

A escola enfrentou problemas quanto a lotação de professores, todos os anos chegavam pessoas novas para atuarem com os alunos, dificultando a adaptação de todos. Muitas vezes recebiam contratos temporários que desde o início do ano já sabiam que não dariam prosseguimento ao trabalho devido à distância.

A comunidade era composta de pessoas muito simples e de baixo poder aquisitivo, precisando sair durante a semana para encontrar outros trabalhos. Nas 28 chácaras existentes no ano de 1980, seus proprietários ou os caseiros plantavam hortaliças ou criavam pequenos animais.

A partir de 1996 formou-se uma invasão bem próxima à escola com cerca de 20 famílias que moravam sem infraestrutura e enfrentavam o problema do desemprego.

Hoje a Escola Classe Lamarão conta com uma estrutura física adaptada para atender ao seu público, contendo: 05 salas de aula, 01 cozinha, 02 banheiros masculinos infantil, 02 femininos infantil, 01 banheiro adaptado para acessibilidade, 01 sala de professores com banheiro, 01 sala de informática. Ressalta-se que 01 sala de aula é dividida por divisória com a sala de informática e 01 sala de aula é dividida com a cozinha. Notamos a necessidade de uma sala de professores maior e também de uma biblioteca.

3 – Diagnóstico da Realidade

A Escola Classe Lamarão é uma escola do campo, situada na Colônia Agrícola Lamarão, localizada em aproximadamente 65 km do Paranoá.

Atende as modalidades de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, trabalhando com jornada de 5 horas diárias com os alunos e o professor coordenando 3 horas diárias.

Pequena parte da clientela atendida é do próprio Núcleo Rural Lamarão, a maioria vem das grandes fazendas que ficam próximas a escola e devido à grande demanda temos atendido também alunos do núcleo Rural Café sem Troco e PAD/DF.

A comunidade local é composta por quase 200 famílias, onde a maioria é composta de trabalhadores das fazendas próximas, na colônia agrícola do PAD/DF, empresas da região e também de pequenos chacareiros produtores de hortaliças.

A escola atende atualmente **184** alunos, distribuídos em 10 turmas, 05 no matutino e 05 no vespertino.

Na Educação Integral atendemos 80 crianças em três dias da semana com jornada de 10 horas. Para atender os alunos contamos com 01 (uma) coordenadora e 08 educadores sociais voluntários e 02 oficineiras. Atendemos as crianças no Centro Comunitário, já que a escola não dispõe de espaço físico.

A escola possui neste ano de 2019 10 professores distribuídos nas 10 turmas; 01 coordenador pedagógico, 01 coordenador da educação integral, 02 professores readaptados e 02 com restrição temporária de regência que atuam como apoio e suporte pedagógico.

As turmas do matutino são:

1º ano A com 12 alunos (Integração inversa);

1º ano B com 15 alunos;

2º ano com 27 alunos;

3º ano A com 14 alunos (Integração inversa);

3º ano B com 19 alunos;

As turmas do vespertino são:

1º período com 19 alunos;

2º período A com 24 alunos;

2º período B com 15 alunos (Integração inversa);

4º ano com 21 alunos;

5º ano com 24 alunos;

Educadores:

Dayane (substituindo Elaine Felisardo Maciel – restrição de regência) **(1º ano A)**

Arinalda Teixeira Paz **(1º ano B)**

Júlia Cecília Pereira de Souza (substituindo Alenir Azevedo Ramiro – coordenadora pedagógica) **(2º ano)**

Dinalva José de Sousa **(3º ano A)**

Neide Aparecida Fernandes Carvalho **(3º ano B)**

Fernanda Luzia O. de Sousa (substituindo Ivanossa Alves Rolim – restrição temp. de regência) **(1º período)**

Tatiane da Costa Vieira (substituindo Érica Pereira Tatsch) **(2º período A)**

Josélia (substituindo Aline Daniele) **(2º período B)**

Fabiana (substituindo Cláudia dos Santos Versiani) **(4º ano)**

Marcos (vaga remanescente) **(5º ano)**

Rejane Salete W. Wagner **(readaptada)**

Antônia Aparecida Braga da Silva **(readaptada)**

Coordenadores:

Alenir Azevedo Ramiro (pedagógica)

Soraia Pereira da Silva (Integral)

- Profissionais da limpeza:

A escola conta hoje com 04 servidores responsáveis pela limpeza da escola. São eles:

Evani Vieira de Souza

Raiane Vieira Pacheco

Silvania Cardoso dos Santos

Ana Paula Soares Martins

- Profissionais da cozinha:

Nossa cozinha possui 03 cozinheiras que preparam os lanches para os alunos da escola. São eles:

Elizandra de Lima Silva Santos

Eva Edmilde Gonçalves Pereira

Luzianete Gomes da Silva

Dentre as dificuldades enfrentadas, apresentamos aqui um breve relato dos problemas percebidos pelos agentes envolvidos no processo pedagógico da Escola.

Nota-se a dificuldade em participar de cursos de capacitação/atualização presenciais, devido à distância da EAPE e outras formações ofertadas.

O espaço físico é um grande desafio que enfrentamos. A educação integral funciona no centro comunitário em espaço improvisado, não temos biblioteca, a sala dos professores não abriga de forma confortável aos nossos educadores por ser muito pequena, perdemos o refeitório para duas salas de aula (improvisadas) de forma a receber as demandas da região, a secretaria divide espaço com a direção dificultando as reuniões e atendimentos, depósito de material pedagógico e de limpeza inadequados. Realizamos os projetos e atendimentos aos alunos com dificuldades devido ao espaço físico limitado.

- Instituições escolares existentes no Estabelecimento de Ensino:

CONSELHO ESCOLAR;

Cláudia dos Santos Versiani

Alenir Azevedo Ramiro de Mendonça (presidente)

Noeli Teresinha Fritsch Walendorff (secretária)

Custódio Neris de Santana

Glayton Farley Jesus Oliveira (pai representando alunos)

CAIXA ESCOLAR.

Cláudia dos Santos Versiani (presidente)

Aline Daniele Soares (vice-Presidente)

Antônia Aparecida Braga (1º Secretário)

Érica de Fátima Pereira Tatsch (2º Secretário)

Noeli Terezinha Frisch Walendorff (1º Tesoureira)

Dinalva Jose de Souza (2ª Tesoureira)

<u>Conselho Fiscal - Efetivos:</u>

Luzianete Gomes da Silva

Teune Justo da Cruz

Arinalda Teixeira Paz

<u>Conselho Fiscal Suplente:</u>

Ivanossa Alves Rolim

Evani Vieira de Souza

Eva Edimilde Gonçalves Pereira

4 - Função Social da Escola

A missão da Escola Classe Lamarão é proporcionar aos alunos do campo uma aprendizagem eficaz, capaz de atender suas necessidades primeiras de comunicação com o mundo incentivando-os a prosseguir nos estudos como forma de crescimento pessoal e intelectual tendo respeitado seus direitos como cidadãos, sua capacidade individual e, sobretudo observando seus deveres perante a sociedade. Ministrar um conteúdo que faça sentido à vida do aluno, desenvolvendo competências para a vida. Pretendemos assim atingir o ápice ao iniciarmos uma caminhada no mundo do saber, com bases sólidas tornando-os preparados para vivenciar situações cotidianas, exercendo, sobretudo a sua cidadania.

Contudo a escolaridade deve vir acompanhada de qualidade.

5 - Princípios Orientadores

A Escola Classe Lamarão é uma escola do campo que prioriza a aprendizagem e a formação de pessoas compreendidas como sujeitos das relações produzidas, buscando sua formação de forma intensiva e sistêmica, por meio de saberes, trocas e relações de mediação. Partindo de uma Epistemologia Construtivista que é centrada na relação. Não é centrada no aluno nem no professor, pois o que se trabalha nessa proposta são as relações dentro da sala de aula. O professor acredita que o aluno só aprenderá alguma coisa, isto é, construirá algum conhecimento novo, se apropriará significativamente do novo saber, se ele agir e problematizar a sua ação.

Dessa forma, adota como base norteadora para gestão de seu trabalho, projetos e ações que visam uma educação integral, articulada ao ambiente social de todos os envolvidos em educação e daqueles beneficiados por ela, na perspectiva de uma pedagogia histórico-crítica. O objetivo maior desta instituição centra-se nos seguintes fins e propósitos: aprendizagem e formação.

Assim, os princípios orientadores, estabelecidos por esta Unidade de Ensino para orientar nossa prática educativa, foram definidos em consonância com as diretrizes emanadas da Constituição, da LDB vigentes e do currículo em movimento, o Plano Distrital de Educação (PDE), a Portaria 419 (Política de Educação Básica do Campo).

- A Educação possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso em suas dimensões física, social, emocional, cultural e cognitiva nas relações individuais, civis e sociais;
- A Educação Básica constitui um direito inalienável do homem em qualquer idade e capacita-o a alcançar o exercício pleno da cidadania de forma a ser promovida não como uma justaposição de etapas fragmentadas, mas em perspectivas de continuidade articulada entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum são valorizados na prática pedagógica como norteadores que são da vida cidadã;
- A vivência do processo educativo tem como objetivo propiciar ao cidadão condições de responder positivamente às grandes necessidades contemporâneas de aprendizagem: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a empreender;
- Os valores estéticos, políticos e éticos, organizados sob as premissas básicas da sensibilidade, igualdade e identidade, essenciais à formação integral do educando, permeiam a organização curricular, as relações interpessoais, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de todo o trabalho docente, discente, gerencial e administrativo;
- A flexibilidade teórico-metodológica e o reconhecimento e a aceitação do pluralismo de ideias constituem elementos essenciais na definição da política pedagógica adotada;
- A ação pedagógica enfatiza procedimentos capazes de favorecer a compreensão e o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos em que se baseiam os processos produtivos da sociedade atual;
- O sistema educacional proporciona recursos e meios que atendam as necessidades educacionais de todos os alunos, de modo a oportunizar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, garantindo: educabilidade de todos os seres humanos, direito a equidade, igualdade e de oportunidades educacionais independente dos comprometimentos que possam apresentar; respeito à dignidade humana; direito à liberdade de aprender e expressar-se; e direito de ser diferente;

- Promover o respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, religiosos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- Perceber o desenvolvimento das Unidades Escolares que atendem aos sujeitos do campo como espaços públicos de formação, pesquisa e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- Realizar o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo, reconhecendo suas diferentes formas de organização;
- Compreender o desenvolvimento pedagógico e curricular a partir da vinculação às matrizes formativas da população do campo, quais sejam: Terra, Trabalho, História, Cultura, Luta Social, Vivências de Opressão, Conhecimento Popular, Organização Coletiva, identificadas por meio de um inventário da escola e da comunidade (Inventário Social, Histórico e Cultural), como atividade de pesquisa a ser realizada por docentes, estudantes e comunidade escolar em geral, de forma que os saberes e fazeres do povo camponês constituam-se referência para a práxis pedagógica;
- Realização da organização pedagógica pautada no trabalho como princípio educativo, na ligação do conteúdo escolar com a vida, na formação para a coletividade, por meio de processos democráticos participativos, e na alternância regular de períodos de estudos, como princípio e como método, quando se aplicar.

5.1 – Princípios da Educação Integral

Os princípios da Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal a serem observados pelas escolas no planejamento, na organização e na execução das ações de Educação Integral são:

• Integralidade: a educação integral é um espaço privilegiado para se repensar o papel da educação no contexto contemporâneo, pois envolve o grande desafio de discutir o conceito de integralidade. É importante dizer que não se deve reduzir a educação integral a um simples aumento da carga horária do aluno na escola. Integralidade deve ser entendida a partir da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, buscando dar a devida atenção para todas as dimensões

humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais. Esse processo formativo deve considerar que a aprendizagem se dá ao longo da vida (crianças, adolescentes, jovens e adultos aprendem o tempo todo), por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. Assim, propõe-se que cada escola participante da Educação Integral no Distrito Federal, ao elaborar seu projeto político pedagógico, repense a formação de seus alunos de forma plena, crítica e cidadã.

• Intersetorialização: a Educação Integral deverá ter assegurada a intersetorialização no âmbito do Governo entre as políticas públicas de diferentes campos, em que os projetos sociais, econômicos, culturais e esportivos sejam articulados, buscando potencializar a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação.

• Transversalidade: a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola deverá garantir uma Educação Integral que pressupõe a aceitação de muitas formas de ensinar, considerando os diversos conhecimentos que os alunos trazem de fora da escola. A transversalidade só faz sentido dentro de uma concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos alunos e da comunidade.

• Diálogo Escola e Comunidade: as escolas que avançaram na qualidade da educação pública foram as que avançaram no diálogo com a comunidade (BRASIL, 2008). Na Educação Integral é necessária a transformação da escola num espaço comunitário, legitimando-se os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida. Assim, o projeto pedagógico implica pensar na escola como um polo de indução de intensas trocas culturais e de afirmação de identidades sociais dos diferentes grupos presentes, com abertura para receber e incorporar saberes próprios da comunidade, resgatando tradições e culturas populares.

• Territorialidade: significa romper com os muros escolares, entendendo a cidade como um rico laboratório de aprendizagem. Afinal, a educação não se restringe ao ambiente escolar e pode ser realizada em espaços da comunidade como igrejas, salões de festa, centros e quadras comunitárias, estabelecimentos comerciais, associações, posto de saúde, clubes, entre outros, envolvendo múltiplos lugares e atores. A educação se estrutura no trabalho em rede, na gestão participativa e na corresponsabilização pelo processo educativo.

Torna-se necessário enfrentar o desafio primordial de mapear os potenciais educativos do território em que a escola se encontra, planejando trilhas de aprendizagem e buscando uma estreita parceria local com a comunidade, sociedade civil organizada e poder local, com vistas à criação de projetos socioculturais significativos e ao melhor aproveitamento das possibilidades educativas.

Trabalho em Rede: todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens. O estudante não é só do professor ou da escola, mas da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando. Nessa ambiência favorável ao diálogo, o professor não está sozinho, faz parte da equipe da escola e da rede de ensino.

Pensar e desenvolver um projeto de educação integral pressupõe reconhecer as fragilidades de um modelo de educação que tem dificultado o acesso ao conhecimento em todas suas formas de manifestação e contribuído para aprofundar o fosso social entre os estudantes.

O projeto de educação integral orienta-se pelos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural. Isso porque o Currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes. A democratização do acesso à escola para as classes populares requer que esta seja reinventada, tendo suas concepções e práticas refletidas e revisadas com vistas ao atendimento às necessidades formativas dos estudantes, grupo cada vez mais heterogêneo que adentra a escola.

6 – Objetivos

6.1 – Objetivo Geral

Contribuir para formação integral dos estudantes para que alcancem a autonomia necessária para enfrentar os desafios pertinentes ao mundo do conhecimento, da convivência social, do trabalho e das diversidades.

6.2 - Objetivos Institucionais

- Desenvolver os princípios norteadores da Educação: O aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser.

- Oferecer ao educando um ambiente que possibilite o seu desenvolvimento global e harmônico em seus aspectos biopsicossocial e cultural, respeitando seus interesses e necessidades;
- Potencializar as capacidades dos alunos, ajustando sua maneira de selecionar e tratar os conteúdos de modo a auxiliá-los a desenvolver no máximo suas potencialidades, as capacidades de ordem cognitiva, afetiva, física e ética.
- Promover a formação integral do educando tornando-o um ser consciente, livre, integrado e participante da constituição da história;
- Promover atividades que estimulem o sentido da vida comunitária, favorecendo um melhor relacionamento dos alunos com suas respectivas famílias, com a escola e com a comunidade em geral.
- Viabilizar a integração escola-família-comunidade, favorecendo o desenvolvimento de aptidões intelectuais, físicas e sociais de um processo participativo, coerente e responsável;
- Estimular a integração do aluno ao seu meio material e social oferecendo-lhe a segurança indispensável para a realização de esforços pessoais;
- Proporcionar situações de ensino-aprendizagem tendo o aluno como centro de todo trabalho educacional.
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos.
- Proporcionar condições adequadas para promover o bem estar do aluno, seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, ampliando de suas experiências e estimulando o interesse da criança pelo processo do conhecimento da natureza e da sociedade;
- Compreender a cidadania com participação social e política, assim como exercícios de direitos e deveres políticos, civil e social, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.
- Propiciar ao aluno, questionar a realidade, formulando problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição e a capacidade de análise crítica.
- Contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e a atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global.

- Incentivar o aluno para o exercício da cidadania, compreendendo a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social.

7 – Concepções Teóricas

Acreditamos que o envolvimento do educador exerce grande influência em sua conduta docente. As relações pedagógicas que têm lugar na sala de aula decorrem de fundamentos epistemológicos diferenciados, que se concretizam na medida em que o professor traça objetivos, seleciona conteúdos, prepara e desenvolve suas aulas, realiza avaliações e posiciona-se política, ética e ideologicamente diante de seus alunos. Por isso, é de suma importância a opção clara por uma epistemologia que sedimente nossas ações educacionais, de acordo os propósitos estabelecidos. Para garantir a unicidade da teoria-prática no currículo e sua efetividade na sala de aula, privilegiando estratégias de integração que promovam reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos voltados para a construção do conhecimento, permeados por incentivos constantes ao raciocínio, problematização, questionamento, dúvida. Proporcionando um ensino que articula teoria e prática requer de professor e estudantes a tomada de consciência, revisão de concepções, definição de objetivos, reflexão sobre as ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para a qual se pensam as atividades. As relações pedagógicas restritas, autoritárias, ameaçadoras e distantes não têm mais lugar no contexto das referências por nós abraçadas. Com o avanço das abordagens do processo ensino-aprendizagem, os dados de pesquisa demonstram ser as inter-relações em sala de aula, em torno de objetivos comuns, as que mais favorecem a aprendizagem de conteúdos, de comportamentos sócio afetivos e morais. Nas interações grupais, típicas do trabalho cooperativo, o afetivo, o social e o cognitivo interpenetram-se e completam-se no fortalecimento da autoestima do aluno, da convivência solidária e da visão de mundo que se constrói. É nas relações interpessoais que o sujeito sente a necessidade de ser coerente e lógico ao colocar seus pontos de vista. Nesses termos, as relações professor/aluno, aluno/aluno e demais envolvidos na ação educativa devem ser próximas, intensas, abertas o suficiente para permitirem as trocas efetivas favoráveis ao melhor termo do processo ensino-aprendizagem. A escola precisa dar ênfase à interação social e intelectual entre as crianças e enfatizar as relações grupais, diminuindo a concentração em atividades individuais.

O conhecimento a ser construído e transmitido tem uma dimensão histórica, portanto, não pode ser visto como estático, como verdade absoluta. Os conteúdos socialmente elaborados e as estratégias cognitivas necessárias à sua internalização, devem considerar o sujeito enquanto aquele que conhece, com suas particularidades, interesses e necessidades, e enquanto aquele que compartilha, possuidor de uma bagagem social e cultural.

São indispensáveis os diálogos dos ao de vista, tendo como compromisso maior, a articulação com a realidade e sua transformação.

O conhecimento não é uma simples adição de novos elementos, de novas aquisições complementando um saber anterior. É um processo ativo, que vai e volta, corrigindo os "erros" iniciais ou os que se apresentam em seguida. Encorajar os alunos para descobrirem suas próprias soluções e para levantarem suas próprias perguntas é nossa postura filosófica e política diante da educação.

O desenvolvimento de estratégias de aprendizagem deve ser, portanto, um dos objetivos primordiais da escolaridade.

A autonomia é uma conquista possível para os indivíduos, mas requer um longo caminho. O processo é uma verdadeira construção que se realiza no interior do sujeito e não uma simples incorporação de elementos externos, de hábitos e condicionamentos. Autonomia é um princípio básico tanto para o desenvolvimento do aluno, como do educador e da escola.

No ambiente escolar, cada um precisa refletir constantemente sobre sua prática, sobre seu papel. É necessário conhecer cientificamente o modo como as crianças e os jovens aprendem a reinventar sua própria maneira de planejar e agir.

Para traduzir os conhecimentos pedagógicos em práticas educativas cada vez mais ricas, é fundamental que a reflexão individual seja discutida com o conjunto dos colegas empenhados no alcance de finalidades comuns.

Precisamos, pois, rever mecanismos de planejamento articulado e de trabalho cooperativo entre os educadores, visando à formação do aluno regida pela complexidade dos conhecimentos, do mundo e da vida em sociedade.

A partir da análise crítica das práticas educativas exercidas pelos educadores da Escola Classe Lamarão, elaboramos os pressupostos, buscando contribuições de diversas áreas de conhecimento, submetendo-as ao crivo das demandas, lacunas e problemas propriamente pedagógicos que enfrentamos.

Do esforço coletivo e da reflexão sobre a prática pedagógica, resultaram os pressupostos relacionados neste documento e que assumimos como orientação para o nosso trabalho:

a) *Pressupostos Sócio Antropológicos* e *Políticos:*

- A preservação da espécie e da vida segundo os valores humanos;
- O respeito pelos seres humanos independentemente de diferenças de sexo, etnia, cultura, classe social, religião e opiniões;
- A convivência democrática pacífica como base do desenvolvimento integral da pessoa e dos grupos sociais;
- A consideração do ser humano em sua totalidade e pluridimensionalidade física, emocional, afetiva, racional, política, ética e estética.

b) *Pressupostos Psicológicos:*

- O reconhecimento de que o desenvolvimento da pessoa e dos grupos ocorre a partir de processos internos de auto-organização;
- O reconhecimento da autoestima e da interação cooperativa como bases para o desenvolvimento;
- A construção da autonomia como objeto e expressão do processo de desenvolvimento.

c) *Processos Epistemológicos:*

- Conhecimento pode ser mais amplamente construído por meio da participação ativa dos sujeitos, da reflexão e da interação social;
- Conhecimento implica uma interação significativa entre o sujeito e o objeto do conhecimento, processo que transforma a ambos;
- Conhecimento individual e coletivo são construções históricas, fundadas na linguagem.

d) *Pressupostos Pedagógicos:*

- Ensino e aprendizagem são processos distintos, mas não interdependentes: é o ensino que deve buscar o diálogo com a aprendizagem;

- Conteúdo a ser ensinado deve ser compreendido numa perspectiva ampla, de forma a incluir o que devemos saber, o que devemos saber fazer e o que devemos ser;
- Os tipos de relações que se estabelecem entre professores e alunos, entre alunos e alunos e desses com o conhecimento, são fatores determinantes da aprendizagem;
- A capacidade de aprender a aprender é a expressão máxima da competência e autonomia cognitiva e moral;
- Processo de ensino-aprendizagem deve favorecer a integração dos conhecimentos tecnológicos, científicos, filosóficos, éticos, estéticos e espirituais, em função da integridade dos sujeitos e de sua compreensão e atuação na sociedade globalizada em que vivemos.

e) *No Processo Pedagógico, cabe ao Professor:*

- Reconhecer e valorizar o conhecimento construído pelo aluno;
- Fornecer informações e meios para que o aluno acesse, registre e processe por si mesmo, dados advindos de diferentes fontes;
- Propor ao aluno problemas e desafios que favoreçam a ressignificação dos conteúdos;
- Refletir e levar o aluno a refletir sobre os processos e produtos do ensino-aprendizagem.

f) *No Processo Pedagógico cabe* ao *Aluno:*

- Expressar e valorizar seus próprios conhecimentos e pontos-de-vista;
- Apropriar-se das informações e dos meios para acessá-las, registrá-las e processá-las;
- Envolver-se na solução de problemas e desafios;
- Formular, analisar criticamente e ressignificar o saber socialmente estabelecido;
- Refletir sobre os processos e produtos do ensino-aprendizagem.

8 – Organizações do Trabalho Pedagógico

A Educação do Campo demarca uma concepção de educação em uma perspectiva libertadora e emancipatória que pensa a natureza da educação vinculada ao destino do trabalho: educar os sujeitos para um trabalho não alienado, para a intenção em circunstâncias objetivas que produzem o humano. Se a educação tem seu papel na construção de outro mundo possível, deve assumir a função de libertar das formas de opressão (FREIRE, 2000). Para Mészáros, a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político que pensa, age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo (BARBOSA, 2012).

Partindo dessa compreensão, a Educação do Campo tem como objetivo construir a possibilidade de uma educação para além do capital, como formulado por Mészáros (2005). Da crítica à escola elitista, branca, de classe, parte para a construção de uma escola dos trabalhadores e, portanto, pública, orientada pelas experiências empreendidas pelos sujeitos trabalhadores do campo que oferecem à teoria pedagógica, como afirma Arroyo (2003), novos rumos para a organização do trabalho pedagógico.

Para a Educação do Campo, esta escola considera o seguinte caminho:

1. Realizar um conjunto de inventários sobre a realidade atual, com o objetivo de identificar as fontes educativas do meio. Como a vida não é a mesma em todo lugar, os inventários precisam ser elaborados por cada escola, convertendo-a, assim, “em uma pequena instituição que pesquisa e produz conhecimento de caráter etnográfico sobre seu entorno, sua realidade atual, apropriando-se, portanto, de sua materialidade, da vida, da prática social” (FREITAS, 2010).

2. O inventário deve identificar as lutas sociais e as principais contradições vivenciadas na vida local, nacional e mundial; as formas de organização e de gestão dentro e fora da escola em nível local, nacional e mundial; as fontes educativas disponíveis na vida local, no meio, de caráter natural, histórico, social e cultural, incluindo a identificação das variadas agências educativas existentes no meio social local; as formas de trabalho socialmente úteis.

8.1 - Um Currículo Voltado para Aprendizagens Significativas

a) Aprendizagem significativa

No contexto escolar, aprendizagens significativas ocorrem quando certos fatores estão envolvidos, entre eles:

- A percepção do aluno sobre a relação entre o que está aprendendo e seus próprios objetivos e interesses;
- A segurança do aluno em relação ao clima psicológico da turma, de onde ameaças externas são eliminadas;
- A possibilidade do aluno se colocar em confronto experimental direto com problemas práticos e com pesquisas de campo;
- A participação ativa e responsável do próprio aluno em seu processo de aprendizagem, a partir de discussões e debates sobre o que, como e por que está aprendendo;
- Os envolvimentos intelectuais, emocionais e físicos do aluno com o objeto do conhecimento, em interação com o contexto sócio-histórico-cultural;
- A independência, a criatividade e a autoconfiança do aluno estimulado em decorrência de avaliação mediadora e justa;
- A meta-aprendizagem, ou seja, o domínio do processo de construção da aprendizagem por parte do aluno, caracterizada por uma atitude de contínua busca e abertura a novos desafios intelectuais.

Nesse contexto, o professor exerce papel fundamental, pois depende de sua atuação, da compreensão, de sua responsabilidade profissional, facilitar ou dificultar o processo de aprendizagem do aluno. O professor é o responsável primeiro pelo clima psicológico que se estabelece em sua classe e torna-se facilitador de aprendizagens significativas quando sua ação pedagógica pauta-se pelas seguintes atitudes:

- A expressão de uma filosofia pessoal básica de confiança no potencial de seus alunos. Com isso eles sentem-se seguros para recorrer ao professor e dirimir dúvidas;

- A acolhida aos propósitos individuais e coletivos dos alunos favorece o clima de liberdade e de confiança na relação com o professor. Os alunos sentem que podem discutir com o professor os problemas que interferem no processo de aprendizagem e juntos encontrar soluções;
- Incentivo ao aprofundamento de conhecimentos e a motivação subjacente ao processo de aprendizagem, despertando nos alunos o desejo de realizar seus propósitos. Os alunos se interessam e se dedicam às áreas cujos professores procuram melhor motivá-los;
- Empenho em organizar e disponibilizar recursos tecnológicos para uma aprendizagem mais ampla. Os alunos encontram, dessa forma, oportunidades para satisfazer a curiosidade intelectual e aplicar conhecimentos adquiridos;
- A flexibilidade para colocar seus conhecimentos e experiências à disposição dos alunos, favorece a troca de experiências. Os alunos sabem que a consulta e o diálogo com o professor são sempre possíveis e enriquecedores;
- A iniciativa de compartilhar ideias e sentimentos com os alunos representa a maneira de não se impor autoritariamente, mas de se colocar como um dos integrantes do grupo. Os alunos percebem que o professor lhe dedica atenção especial;
- A experiência, para reconhecer a manifestação dos sentimentos que possam aflorar durante processos de aprendizagem. Os alunos sentem-se respeitados como "pessoa", compreendidos em suas atitudes e incentivados a se tomarem responsáveis por suas ações;
- Reconhecimento de suas próprias limitações, quando suas atitudes interferem negativamente no processo de aprendizagem dos alunos. Os alunos percebem a autenticidade do esforço do professor na realização da auto avaliação e na busca de coerência entre suas ações e as aprendizagens que procura promover.

Essas atitudes do professor tornam o processo de ensino e de aprendizagem mais dinâmico e eficaz e possibilitam que aprendizagens realmente significativas ocorram formando cidadãos mais humanos e comprometidos com suas ações.

9 – Concepções, Práticas e Estratégias de Avaliação.

A avaliação da aprendizagem é, antes de tudo, uma questão política, intimamente relacionada às finalidades do projeto educativo da escola. Não pode, pois, ser concebida de forma isolada, uma vez que reflete uma concepção de homem, de educação e de sociedade. Portanto, as concepções de avaliação estão, assim, intrinsicamente relacionadas com as concepções de ensino e de aprendizagem e com concepções de relações sociais. Repensar a avaliação implica necessariamente uma reflexão crítica acerca da prática pedagógica da escola e de sua função social.

A avaliação possui diversas funções. Entendemos que é na avaliação formativa que estão as melhores interações para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada. Embora a avaliação seja um termo polêmico, entende-se que instrumentos e procedimentos pelos quais a análise qualitativa sobreponha-se àquelas puramente quantitativas podem realizar de maneira menos injusta o ato de avaliar. Daqui decorrem o olhar e a intervenção humana que os sistemas computadorizados não são capazes de atingir.

Assim, torna-se fundamental, não só analisar a relevância do que está sendo avaliado, da adequação do instrumento aos nossos propósitos, mas também incorporar à prática, atividades diversificadas, que coloquem em destaque diferentes aspectos do desenvolvimento do aluno e não apenas os conteúdos.

Nesse sentido, é importante que o professor tenha em mente um repertório variado de estratégias e que reflita sobre o significado de cada uma delas, sobre os conceitos, procedimentos, atitudes e valores que estão em jogo na sua realização. Além das tradicionais provas escritas individuais, pode-se lançar mão de atividades avaliativas com consulta, de avaliações analógicas, de trabalhos de pesquisa e entrevistas, de experimentações e construções de modelos ou maquetes, de dramatizações, jograis, recriações de textos e filmes, de colagens, enfim de tudo que professores e alunos podem imaginar e criar.

Por fim, a escola não pode deixar de repensar a questão das individualidades. As pessoas são diferentes, comportam-se de maneiras diversas, têm ritmos distintos de aprendizagem. Nessa perspectiva, é fundamental considerar dois aspectos: o primeiro diz respeito ao esclarecimento das relações entre o rendimento escolar de

cada aluno e sua situação pessoal peculiar; o outro se refere à instituição de procedimentos alternativos ou paralelos para atender aos alunos que precisam de mais tempo e estímulo para atingir o que se definiu como o mínimo qualitativo de aprendizagem para a disciplina e série. Em relação ao primeiro aspecto, o diagnóstico da situação de aprendizagem deve considerar a pessoa do aluno como um todo e para isso é imprescindível a participação do conjunto de professores e o apoio de especialistas. Quanto ao segundo, cabe a professores e coordenadores, encontrarem caminhos operacionais para garantir a todos os alunos a aprendizagem.

Na Educação Infantil, a avaliação se dá principalmente pela observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas questionários, relatórios e portfólios. As reflexões, análises e inferências oriundas dessa sistemática irão compor o Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral – RDIA , este terá periodicidade semestral, porém sua elaboração é diária. Nesta etapa se faz presente, de maneira forte e determinante, a avaliação informal realizada pelos docentes e até mesmo pelas crianças. Esta avaliação possibilita a observação das suas manifestações de aprendizagem e progresso. O cotidiano e as interações são relatados de forma a demonstrar o avanço e a interação social das crianças. É fundamental o cumprimento do currículo a fim de que sejam alcançados os objetivos propostos para essa modalidade de ensino.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental além dos registros pessoais, o docente conta com instrumentos legais para a descrição do desempenho dos estudantes: O Registro de Avaliação – RAV – e o Registro do Conselho de Classe. Consta nesses documentos informações referentes às aprendizagens já construídas e ainda não construídas pelo aluno, bem como as intervenções necessárias para progressão ininterrupta desse processo. Assegurar a progressão continuada das aprendizagens dos estudantes se mostra imprescindível para reverter o cenário do fracasso escolar, uma vez que traz em seu bojo a avaliação formativa e assegura a todos os estudantes o direito legal e inalienável do aprender e prosseguir seus estudos se interrupções.

O Ministério da Educação visando acompanhar o desempenho das escolas criou a ANA, Avaliação Nacional de Alfabetização, e a Provinha Brasil, cada um deles é fundamental para a reavaliação de nosso trabalho pedagógico localizando nossas reais necessidades. Nessa medida, os resultados aferidos são utilizados como subsídios para a formulação de novas ações e intervenções em diversas frentes, como, por exemplo, a formação continuada de professores, a reorientação pedagógica, quando

necessário, e o planejamento geral das ações relativas da comunidade escolar com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

10 - Organização Curricular

10.1 – Da Educação Infantil

Constitui-se na primeira etapa da Educação Básica, abrangendo o atendimento às crianças de 04 e 05 anos (Lei 11.114/05, Lei 11.274/06 e Resolução 03/2005_CEB/CNE).

O currículo da Educação Infantil – como o conjunto sistematizado de práticas pedagógicas no qual se articulam as experiências e saberes das crianças, família, profissionais e comunidades de pertencimento e os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, cientifico e tecnológico historicamente construído pela humanidade – é o meio para angariarmos os objetivos de proporcionar o desenvolvimento das crianças pequenas e colaborarmos para a transformação social. Possui também um caráter instrumental e didático para que, no cotidiano escolar, as linguagens e as práticas se processem de maneira integrada. O currículo contribui para o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação do processo pedagógico, considerando a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças que respondam a suas demandas e das famílias.

A turma de educação infantil funciona com cinco horas diárias de atividades.

Numa perspectiva de educação para a cidadania, o currículo deve possibilitar o alcance de três objetivos básicos na educação infantil:

- Construção da identidade e da autonomia;
- Interação e socialização da criança no meio social, familiar e escolar;
- Ampliação progressiva dos conhecimentos de mundo.

Tendo como horizonte o desenvolvimento integral do educando, sua formação para a cidadania e sua preparação para prosseguimento de estudos e para o mundo do trabalho, subdividimos assim os temas a serem abordados em conformidade com o currículo em movimento:

- Identidade e autonomia;
- Conhecimento de mundo;
- Linguagem corporal, linguagem oral e escrita, linguagem matemática, linguagem artística, linguagem digital;
- Interações com a Natureza e com a sociedade.

Os procedimentos podem ser mais diretos, com ações ordenadas para facilitar a resolução de diversos problemas, ou mais fechados, como técnicas ou atividades sistematizadas e relacionadas com a aprendizagem concreta. Um conjunto de ações ordenadas e finalizadas, ou seja, orientadas à consecução de metas é um procedimento. É preciso que se oriente para metas e que as ações ou os passos se sucedam com certa ordem, para que um conjunto de ações constitua um procedimento.

Na Educação Infantil, a avaliação acontece principalmente pela observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas, questionários, relatórios, portfólios (exposição das produções pelas crianças) sem objetivo de promoção, mesmo para o Ensino Fundamental (art. 31, I, LDB 9.394/96). As reflexões, análises e inferências oriundas dessa sistemática comporão o Relatório Descritivo Individual do Aluno - RDIA, que terá sua publicação semestral; entretanto, sua elaboração é diária. A avaliação, que se diz formativa, será sempre a da observação do desempenho e do crescimento da criança em relação a ela mesma e jamais de sua comparação com os pares. Ao avaliar, visamos captar as expressões, a construção do pensamento e do conhecimento, o desenvolvimento da criança bem como suas necessidades e interesses, guias primordiais do planejamento e das práticas pedagógicas (2ª Edição do CURRÍCULO EM MOVIMENTO – EDUCAÇÃO INFANTIL, 2018). Nessa etapa, de maneira forte e determinante, faz-se presente a avaliação informal realizada pelos docentes e até mesmo pelas crianças. Tal avaliação possibilita a observação das manifestações de aprendizagem e progresso. O cotidiano e as interações nas instituições de educação infantil apresentam-se com fortes cargas afetivas. Sabe-se que na escrita dos relatórios ou registros avaliativos, a comunicação simbólica revelada nos gestos, nos silêncios, nas manifestações de choro, de alegria, de irritação, nos afetos e conflitos que ocorrem na relação professor-estudante tende a ser manifestada; no entanto, a escola não deve rotular nem definir a criança em razão dessas manifestações, bem como não pode resumir os registros avaliativos fazendo constar neles, apenas, elementos captados pela avaliação informal. A observação, devidamente planejada, sistematizada e acompanhada do registro das informações coletadas, constitui a avaliação formal. A Unidade Escolar deve primar pela observância e cumprimento do Currículo a fim de que sejam alcançados os objetivos propostos para a Educação Infantil.

10.2 – Do Ensino Fundamental – Anos Iniciais

No Ensino fundamental o currículo apresenta-se estruturado de forma a minimizar o academicismo e estabelecer relação estreita entre a vida do educando e os conteúdos, buscando resgatar os valores através dos conhecimentos, numa perspectiva histórico-crítica, responsável e contextualizada que dê ênfase a inteligência e ao raciocínio lógico. A interdisciplinaridade possibilita que as áreas se aproximem e se entrelacem estabelecendo relações entre seus aspectos comuns, diferentes e contraditórios.

É uma abordagem epistemológica dos objetivos do conhecimento que favorece as aprendizagens significativas e possibilita as aprendizagens a partir da democratização dos saberes.

Dessa forma amplia-se a capacidade de interpretar o mundo, a partir da possibilidade crescente de captar significados, de produzir conhecimentos, de adquirir competências e de dominar habilidades. O conteúdo não é um fim em si mesmo, mas um meio de desenvolvimento dos direitos de aprendizagem em uma perspectiva de inclusão considerando os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação para os direitos humanos e Educação para a Sustentabilidade. Cabe ressaltar a importância dos eixos integradores uma vez que estes devem articular os conteúdos aos aspectos socioculturais, históricos, afetivos, lúdicos e motores em consonância com uma práxis direcionada para uma escola de qualidade social, que democratize saberes ao oportunizar que todos aprendam. Portanto, a concepção de aprendizagem se amplia ao trabalhar de forma significativa o sistema de escrita (alfabetização), de forma articulada as práticas sociais de leitura e escrita (letramento), o que se dá prazerosa e criativamente por meio do jogo, da brincadeira e do brinquedo (ludicidade). Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico no 1º Bloco (1º, 2º e 3º anos) e no 2º Bloco (4º e 5º anos) deve ser sustentada por uma didática que provoque pensamento, envolta por situações que favoreçam o aprender na interlocução com o outro, ressignificando a estética da aula e, consequentemente, o lugar do professor que articula ações para a emancipação dos estudantes.

Os conteúdos estão organizados a partir de diferentes áreas do conhecimento, porém articula-se em uma perspectiva de unidade, progressividade e espiralização, vinculados diretamente à função social. Cada área do conhecimento apresenta o desafio de promover a ampliação para aprendizagens contextuais, dialógicas e significativas em que o ponto de partida deve ser orientado por levantamento de conhecimentos prévios do grupo de estudantes com o qual o professor atua. Assim, a organização interna está sustentada levando-se em consideração especificidades de

cada área, no sentido de explicitar essencialidades à aprendizagem e promover o trabalho interdisciplinar articulado com eixos transversais e integradores do currículo em movimento. Estes conteúdos estão assim subdivididos:

- Linguagens: Língua Portuguesa, Arte e Educação física;
- Matemática;
- Ciências Humanas;
- Ciências Naturais;
- Ensino Religioso.

Vale ressaltar que essa dinâmica está em consonância com a concepção de currículo integrado e de progressão continuada.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além dos registros pessoais, o docente conta também com instrumentos previstos em Regimento Escolar para a descrição do desempenho dos estudantes: o Registro de Avaliação – RAV e o Registro do Conselho de Classe. Devem constar nessa descrição todas as informações referentes às aprendizagens já construídas e aquelas ainda não construídas pelo estudante, bem como as intervenções necessárias à progressão ininterrupta do processo. Para reverter o cenário do fracasso escolar, presente nessa etapa, é imprescindível assegurar a progressão continuada das aprendizagens dos estudantes, uma vez que lhe é inerente a avaliação formativa e garante a todos os estudantes o direito legal e inalienável de aprender e prosseguir seus estudos sem interrupções. A Vivência, estratégia adotada pela SEEDF para o segundo ciclo da Educação Básica e assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, possibilita esse avanço, promovendo os estudantes para o ano escolar seguinte sempre que seu progresso for evidenciado. Esse processo não ocorre dissociado de um processo avaliativo diagnóstico de caráter formativo.

A realização da avaliação diagnóstica, atualmente, é condição imprescindível para o ingresso do estudante do ensino especial no processo de escolarização. Embora contribua para o acesso do estudante à educação, respeitando suas especificidades e indicando as diretrizes para o atendimento educacional especializado, essa avaliação não tem sido suficiente para orientar a organização pedagógica de caráter qualitativo, no atendimento a esse público.

Conforme as Diretrizes de Avaliação da SEEDF, utilizamos os instrumentos abaixo listados:

10.3– Dos Deveres de Casa: Uso Formativo

Quando o tema em pauta é a avaliação escolar, o Dever de Casa merece especial atenção por tratar-se de uma prática bastante natural no âmbito das escolas e avaliada continuamente por todos os envolvidos: professores, estudantes e seus familiares.

O Dever de Casa está presente em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, podendo ser representado por tarefas ou atividades constantes dos livros didáticos ou outros, pesquisas bibliográficas, pesquisas de campo, entrevistas, observações de fenômenos, elaboração de textos, hipertextos, revistas, jornais, montagem de maquetes, peças teatrais, paródias, análise de imagens e até testagem de hipóteses que servirão para aprofundar o conhecimento. Seja qual for a idade do estudante ou o período escolar em que se encontra, a apresentação prévia de roteiro que organiza tal trabalho é fundamental. Dever de Casa sem indicação bibliográfica ou de sites próprios da internet e também sem a devida orientação de como realizá-lo pode ter reflexo negativo na relação do estudante com seus familiares, com a escola e, principalmente, com o docente avaliador. A falta de clareza dos critérios e dos objetivos banaliza esse recurso pedagógico, enfraquece seu potencial formador e contribui, também, para a avaliação informal de caráter negativo.

As funções do dever de casa são sistematizar o aprendizado da sala de aula, preparar para novos conteúdos e aprofundar os conhecimentos. Analisando os exercícios que os alunos resolvem sozinhos em casa, o professor pode descobrir quais são as dúvidas de cada um e trabalhar novamente os pontos em que eles apresentam mais dificuldades.

O grande desafio do professor é fazer com que o aluno consiga atribuir significado à lição de casa. O aluno precisa perceber a função das tarefas para que compreenda sua importância.

Bem situado no trabalho pedagógico e bem compreendido por todos na escola, incluindo-se as famílias e os estudantes, o Dever de Casa pode ser prazeroso e produtivo, contribuindo para a ampliação das aprendizagens e constituindo um facilitador da inclusão escolar e dá continuidade ao conteúdo desenvolvido em sala de aula, reforçando os mesmos.

10.4 – Da Recuperação Contínua

Recuperação contínua é uma estratégia pedagógica que visa evitar o acúmulo de defasagens e, ao mesmo tempo, favorecer um trabalho de recuperação mais profundo. Com frequência, as dificuldades dos alunos se acumulam até o final do ano – para que só então, com pouco tempo, a escola tente resgatar aprendizados que precisariam de mais tempo e atenção para de fato serem assimilados. Em vez disso, a **recuperação contínua** organiza avaliações e monitoramento constantes ao longo do ano. A partir dos diagnósticos, são elaborados planos de estudos que levam em consideração as particularidades de cada aluno, assim como o tempo disponível para que ele adquira cada competência.

A ideia é que esse processo possa fazer parte do planejamento pedagógico da escola, sendo pensado como mais uma das etapas contínuas de aprendizagem dos alunos; principalmente daqueles que encontram maior dificuldade para acompanhar o andamento geral de sua turma.

Esta "recuperação de estudos" é prevista na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 12, inciso V, para "prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento". Assim concebida, destina-se à obtenção de nota que possibilite ao estudante ser promovido de um ano/série a outro/a. Um longo caminho precisa ser percorrido para que a recuperação de estudos se associe à avaliação formativa. Para que se inicie a construção desse entendimento e a prática correspondente, recomenda-se a realização de intervenções pedagógicas contínuas com todos os estudantes, sempre que suas necessidades de aprendizagem forem evidenciadas. Desse modo, o avanço das aprendizagens ocorrerá de forma tranquila, sem lacunas, sem tropeços e sem aligeiramento, de acordo com as condições de aprendizagem de cada estudante. Este é o papel da escola democrática, comprometida com as aprendizagens de todos. Orienta-se a escola para que utilize a avaliação diagnóstica permanentemente a fim de constatar as necessidades de cada estudante e que organize os meios de mantê-lo em dia com suas aprendizagens. A auto avaliação pelos estudantes é importante aliada nesse processo. O registro da intervenção processual (recuperação) deverá ser feito nos diários em que constarão as necessidades apresentadas pelos estudantes e os relatos das atividades realizadas para a promoção de seu avanço. A intervenção poderá ser conduzida por meio de atividades diversificadas, no horário das aulas ou no contra turno, assim como por meio de reagrupamentos, projetos interventivos e outros recursos criados pela escola, sempre considerando a etapa/modalidade e as condições de aprendizagem em que o estudante se encontra. A nota ou conceito deve resultar do que foi aprendido ao longo do percurso. Reitera-se: não se deve esperar pelo término

de uma semana, de um bimestre, semestre ou ano letivo para as intervenções necessárias; estas devem ocorrer desde o primeiro dia de aula, de forma contínua. Nada fica para depois.

Todos os procedimentos/instrumentos de avaliação devem ser elaborados em articulação com a coordenação pedagógica da unidade escolar. A ideia é a de que a equipe coordenadora possa apreciar, colaborar e acompanhar essa elaboração para que seja garantida coerência interna com o projeto da escola.

Os elementos formais que compõem a avaliação são os mais conhecidos por serem os que têm visibilidade. São considerados procedimentos/instrumentos formais de avaliação os que deixam claro para os estudantes e seus familiares que, por meio deles, a avaliação está acontecendo: testes, provas, listas de exercícios, deveres de casa, formulários, relatórios e outros. De modo geral, a escola dá mais ênfase aos procedimentos formais. Contudo, os que compõem a avaliação informal merecem nossa reflexão por exercerem forte influência sobre os resultados do processo avaliativo. São constituídos pelos juízos que professores fazem sobre os estudantes e vice-versa. Estudos recentes apontam que a avaliação informal pode ser utilizada a favor do estudante, do docente e das aprendizagens ou, ao contrário, contra todos eles. Diz-se que seu uso formativo e, portanto, recomendável, ocorre quando identificamos as fragilidades e as potencialidades desses atores e as utilizamos em favor deles, sem compará-los com outros. O ponto de partida e de chegada é fruto da avaliação diagnóstica, que deve ser permanente. Afinal de contas, o papel da escola é contribuir para a formação do cidadão capaz de inserção social crítica, o que somente será obtido se a avaliação estiver a serviço das aprendizagens de todos.

10.5 – Do Conselho de Classe

O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar.

É o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho

realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

O Conselho de Classe planejado e executado na perspectiva da avaliação formativa é — ao mesmo tempo — espaço de planejamento, organização, avaliação e retomada do Projeto Político-Pedagógico da escola. É a instância em que se encontram e podem entrelaçar-se os três níveis da avaliação: aprendizagens, institucional e redes ou em larga escala, sendo um momento privilegiado para auto avaliação da escola (LIMA, 2012). Quando o Conselho de Classe consegue refletir sobre os índices de desempenho, sobre o espaço da coordenação pedagógica, sobre os projetos e demais atividades realizadas no âmbito da escola e das salas de aula, sobretudo com vistas às aprendizagens de todos, potencializa sua caminhada na direção da avaliação aqui defendida e consegue promover a desejada auto avaliação da escola. Para Dalben (2004), o Conselho de Classe insere-se como um Colegiado potencializador da gestão pedagógica da escola.

O Conselho de Classe é desenvolvido no sentido de identificar, analisar e propor elementos e ações para serem articuladas pela e na escola. Essa instância cumpre papel relevante quando consegue identificar o que os estudantes aprenderam, o que ainda não aprenderam e o que deve ser feito por todos para que as aprendizagens aconteçam. Orientamos que sejam envolvidas as famílias, outros profissionais da escola e os próprios estudantes para auxiliarem nas reflexões e nas proposições de projetos interventivos e demais atos que possam colaborar para que sejam garantidas as aprendizagens de todos na escola. Alertamos para que essa instância não se torne um espaço hostil em que prevaleça o uso da avaliação informal de maneira negativa para expor, rotular, punir e excluir avaliados e ou avaliadores.

Os eventos ou momentos em que se realiza o Conselho de Classe devem ter objetivos bem definidos. Entende-se que todos os encontros devem incluir análises voltadas ao diagnóstico das condições de aprendizagem dos estudantes, bem como à proposição de intervenções que favoreçam seu progresso. Mesmo que o professor utilize informações obtidas por meio da avaliação somativa (avaliação da aprendizagem), seus resultados devem ser analisados de forma integrada à avaliação

formativa. Notas ou conceitos podem conviver com a avaliação formativa, desde que não tenham fim em si, isto é, não sejam o elemento central, nem os estudantes incentivados a estudar com vistas apenas a sua obtenção.

No Distrito Federal, a Lei nº 4.751/2012 reserva ao Conselho de Classe o status de Colegiado que comporá com outros os mecanismos de garantia da participação democrática dentro da escola. Diz o artigo 35 dessa legislação:

O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola.

§ 1º O Conselho de Classe será composto por:

I – todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;

II – representante dos especialistas em educação;

III – representante da carreira Assistência à Educação;

IV – representante dos pais ou responsáveis;

V – representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhido por seus pares, sendo garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas;

VI – representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

§ 2º O Conselho de Classe se reunirá ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do diretor da escola ou de um terço dos membros desse colegiado.

§ 3º Cada escola elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF.

A organização ou dinâmica das reuniões do Conselho de Classe é de autonomia da escola, observadas estas Diretrizes de Avaliação Educacional (2014). Os registros dessas análises e das reuniões ordinárias do Conselho de Classe devem ser realizados em formulários específicos elaborados e disponibilizados pela SEEDF.

Como já foi dito, o Conselho de Classe bem conduzido favorecerá a articulação dos três níveis da avaliação (aprendizagem, institucional, redes ou em larga escala). Ao

passo que apresenta e analisa os resultados ou desempenhos dos estudantes, servirá para que a escola se avalie e promova ações que reorientem seu trabalho pedagógico.

10.6 – Dos Registros de Avaliações

A elaboração do Registro de Avaliação é de responsabilidade do docente que responde pela turma e ou por um determinado componente curricular. A colaboração de outros profissionais serve para qualificar o que se procura registrar. É requerido para quaisquer séries/etapas/anos/modalidades da Educação Básica. Não substitui o diário de classe, complementa-o, é obrigatório na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Na Educação Infantil, é representado pelo Relatório Descritivo Individual do Aluno – RDIA; nos anos iniciais do Ensino Fundamental denomina-se Registro de Avaliação – RAV.

Para elaboração do registro de avaliação (RAV, RDIA), é preciso que o mesmo contenha elementos da avaliação diagnóstica observados pelo docente e ou pelo Conselho de Classe: as aprendizagens evidenciadas e as dificuldades percebidas devem ser descritas na primeira parte do documento. Em seguida, devem-se apresentar as estratégias utilizadas ou as intervenções conduzidas para sanar tais dificuldades, bem como os resultados das intervenções e outras orientações que se fizerem necessárias para que o registro de avaliação cumpra sua função formativa.

10.6.1 – Provas ou Testes

A prova merece um tópico específico nestas Diretrizes por ser historicamente o instrumento avaliativo mais conhecido e utilizado no contexto educacional. Para que se insira na avaliação formativa, duas considerações tornam-se necessárias. A primeira delas refere-se a seu uso não exclusivo, pelo fato de que não consegue revelar todas as evidências de aprendizagem do estudante. Assim, seus resultados devem ser analisados em articulação aos oferecidos por outros procedimentos/instrumentos. A segunda consideração aponta a inconveniência de adoção da semana de provas. Cabe refletir: qual a justificativa para tal prática? A quem ela beneficia? O trabalho pedagógico seria realizado de forma padronizada em todas as turmas de modo a se aplicar uma mesma prova no mesmo dia e horário para todos os estudantes? Contudo, entende-se que a mudança dessa prática para outra que potencialize o sentido formativo da avaliação pode ser lenta; o entendimento que emana das escolas que a

adotam é o de que serve para organização dos tempos para cumprimento dos prazos e fechamento de “notas”. De igual maneira, desafiamos todos para refletirem se o caso não seria, tão somente, de trabalhar com o cumprimento do prazo de término dos períodos, como bimestres ou semestres, para que os profissionais apresentem esses resultados. Ao formalizar e institucionalizar a semana de provas, a escola não fere as Diretrizes e o Regimento que não obrigam a utilização desse instrumento? A prova é uma das possibilidades, não é a única.

A construção da prova deve levar em conta os objetivos de aprendizagem e sua correção deve ser feita por meio de critérios conhecidos pelos estudantes, para que se constitua em espaço-tempo de aprendizagens. Seus resultados são devolvidos aos estudantes (feedback) o mais rapidamente possível para que se programem as intervenções necessárias a serem feitas pelos professores e estudantes. Essas ações visibilizam a avaliação formativa cujo objetivo é a inclusão de todos no processo de aprendizagem. A prova cumpre seu caráter formativo quando todo seu processo (elaboração, aplicação, correção, feedback e uso dos resultados) se organiza coletivamente nos momentos de coordenação pedagógica. Importante lembrar que o processo avaliativo é de responsabilidade da escola e não de cada professor, individualmente, devendo, portanto, ser planejado e inserido nos planos de ensino dos docentes.

O uso de provas multidisciplinares, interdisciplinares, simulados com questões de vestibulares pode constituir-se em práticas edificantes, desde que as aulas e estratégias de ensino sejam realizadas com vistas às aprendizagens de todos os estudantes. As provas ou testes integrados (multidisciplinares ou interdisciplinares) só terão sentido se as aulas e atividades que os antecedem se inserirem na mesma perspectiva. Não faz sentido aplicar prova multidisciplinar ou interdisciplinar se o trabalho pedagógico (entre os professores e estes com os estudantes) não for assim desenvolvido.

É importante que no Ensino Fundamental sejam respeitadas as diferenças individuais de cada aluno. Nesse sentido, a escola se preocupa em ser um local de diálogo, de aprender a conviver, onde todas as diferenças são respeitadas e compartilhadas harmonicamente. A Instituição oferece educação de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais, incluídos nas classes regulares, ajudando-os a vencer a suas limitações, a criar uma autoimagem positiva e promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades. Com a inclusão toda a instituição se beneficia com experiências enriquecedoras promovidas pela diversidade.

11– Plano de Ação do PP

CRONOGRAMA BIMESTRAL – 2019

1º BIMESTRE

Encontro Pedagógico: 04/02

Início: 11/02 **Término: 25/04**

Planejamento Pedagógico com a Comunidade Escolar - Dia Letivo Temático: 20/02

Semana de Conscientização do Uso Sustentável da Água de 18 a 22/03

Partilha da Páscoa: 18/004

Avaliações Bimestrais: 15 a 18/04

Conselho de Classe: 02/05

Reunião de Pais 1º B: 08/05

- Projeto Autores – desenvolver atividades de acordo com o autor de cada turma (Turma Ziraldo, Turma Monteiro Lobato, Turma Ruth Rocha, Turma Maurício de Sousa, Turma Vinícius de Moraes) montar painel com atividades referente às obras dos autores, conhecer a biografia do autor da sua turma, e desenvolver momentos de apreciação da leitura através das obras dos mesmos.
- Projeto Viajando na Leitura: Toda quinta-feira os alunos levam a sacolinha da leitura, realizam as atividades propostas junto às famílias durante o final de semana e fazem o reconto na segunda-feira.

2º BIMESTRE

Início: 26/04 **Término: 08/07**

Semana de Educação para a vida: 06 a 10/05

Visita à Agrobrasília: 17/05

Festa Junina: 08/05

Avaliações Bimestrais 24a 28/06

Conselho de Classe: 07/08

Reunião de Pais 2º B: 07/08

Homenagem às Mães: 04/05

Planejamento Pedagógico com a Comunidade Escolar - Dia Letivo Temático: 08/05

3º BIMESTRE

Início: 29/07 **Término: 04/10**

Homenagem aos Pais: 08/08

Almoço da Primavera em Família: 14/09

Avaliações Bimestrais: 23 a 27/09

Festa das crianças: 05/10

Conselho de Classe: 08/10

Reunião de Pais: 10/10

Planejamento Pedagógico com a Comunidade Escolar - Dia Letivo Temático: 29/08

*Dia Distrital e Nacional da Educação Infantil 25/08

Passeio na Transitolândia: setembro

Dia Nacional da luta das Pessoas com Deficiência 21/09

4º BIMESTRE

Início: 07/10 **Término: 19/12**

Passeio Ganhador da Gincana: a marcar

Comemoração Dia do Professor: 11/10

Semana de Provas: De 25 a 29/11

Formatura: 13/12

Conselho de Classe: 16/12

Reunião de Pais: 18/12

Planejamento Pedagógico com a Comunidade Escolar - Dia Letivo Temático: 20/11

Papai Noel na escola: 17/12

12– Acompanhamento e Avaliação

Todo o processo que ocorre na escola deve ser realizado de forma transparente, uma vez, que se deve prestar conta de todas as atividades realizadas por ser um espaço social e democrático, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade. Sendo assim, a avaliação do Projeto Político Pedagógico deverá ser feita através do o acompanhamento das metas traçadas para atender às necessidades da instituição escolar. Ele necessita de acompanhamento sistemático para que se possa verificar se o planejamento está adequado, quais os objetivos que foram atingidos, quais as metas que não foram alcançadas e quais ações necessitam de redirecionamento.

Portanto deve ser estabelecido com o grupo como se pretende realizar o processo de avaliação e acompanhamento do PPP, quando de sua elaboração. Segundo Vasconcellos o acompanhamento é “um instrumento teórico-metodológico que objetiva auxiliar o enfrentamento dos desafios cotidianos, de forma refletida e participativa” (1995, p.38).

13- PROJETOS ESPECÍFICOS

Os projetos discutidos pela escola e integrantes do conteúdo a ser desenvolvido com os alunos, não são meras ações a serem cumpridas, apenas em atendimento a dispositivos legais. São conteúdos integrados aos assuntos curriculares e com estreito vínculo com os princípios de interdisciplinaridade e participação dos membros da Escola.

Os projetos citados abaixo se encontram à disposição dos interessados na direção da escola:

- **Projeto Viajando na leitura;**
- **Projeto Educação em tempo integral;**
- **Projeto Interventivo: Reagrupamentos e reforço;**
- **Projeto transição (sequencial);**
- **Projeto Festa Junina.**

Muitas outras atividades são desenvolvidas no cotidiano da escola, muito embora não estejam ainda construídas num projeto. A questão do respeito às diversidades, e a reflexão sobre a Lei 10.636/2003, são questões de honra para a escola. Acreditamos que os valores motivam o comportamento e a atividade humana. São fontes de energia que mantém a autoconfiança e a objetividade. Hoje na maioria dos países, os povos são influenciados pela ideologia materialista que cria uma cultura de acúmulo, posse, egoísmo e ganância. Consequência: os valores autênticos perdem o brilho da verdade e a força para sustentar e preservar uma cultura digna do ser humano.

Cumpre-nos ainda reforçar que todas as ideias apresentadas não são intocáveis, muito pelo contrário, devem ser reformuladas quantas vezes se fizerem necessárias, no sentido de alcançar a convergência entre o que a escola ensina e o vínculo com o contexto de vida dos alunos.

14 – Referências Bibliográficas

Currículo em Movimento da Educação Básica

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação.

Diretrizes da Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala – 2014/2016

Marçal, Juliane Corrêa

> Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?, módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Sousa ; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. – Brasília : CONSED – Conselho Nacional de Secretários da Educação, 2001.

Lei de Gestão Compartilhada – Lei nº 4036, de 25/10/2007;

Termo de Compromisso – Art. 18 da Lei nº 4036;

Plano de Trabalho apresentado à comunidade/Conselho Escolar pela equipe gestora no processo seletivo;

Resolução nº 1/2005_CEDF (Art. 139 a 142);

Portaria 419 de 20 de Dezembro de 2.018;

Plano Nacional de Educação (PDE).

A- PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

DIMENSÃO: Projeto Viajando na Leitura

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das Ações	Responsáveis	Cronograma
Proporcionar momentos significativos em que a leitura seja associada ao prazer, despertando a imaginação, pois quem lê muito, escreve com mais facilidade e criatividade. Acrescer a interação entre aluno, família e escola. Incentivar e estimular o prazer e o interesse pelo mundo da leitura, levando-os a perceberem as	Estimular o hábito de leitura envolvendo a todos os alunos e famílias na participação do projeto. Promover e incentivar o gosto pela leitura e pelos estudos. Facilitar o acesso ao acervo literário da escola. Propiciar práticas de leitura numa perspectiva lúdica e interdisciplinar. Melhorar os resultados de aproveitamento do rendimento escolar.	Toda quinta-feira o aluno seleciona o livro de sua preferência para levá-lo na sacolinha da leitura juntamente com o caderno de registro e assim realiza as atividades propostas junto às famílias durante o final de semana e fazem o reconto na segunda-feira. Os livros literários serão variados contemplando os diversos gêneros	A avaliação do projeto será contínua e dependendo das singularidades de cada turma poderá sofrer adaptações.	Direção, coordenação pedagógica, professores, alunos e suas famílias.	O projeto é de duração anual.

imensas possibilidades de um texto e tudo que nele está contido de conhecimento, sabedoria e informação. Melhorar o repertório, interpretação e estruturação de textos através das intervenções realizadas pelo professor. Favorecer a oralidade através de reconto das histórias lidas.	Estimular o raciocínio, a linguagem, a escrita e a atenção. Enriquecer a vivência, a convivência e a cidadania.	textuais necessários em todos os níveis de ensino.			

B- PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

DIMENSÃO: Projeto Festa Junina

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das Ações	Responsáveis	Cronograma
Conhecer as características das festas juninas; valorizar e respeitar a cultura rural/caipira e nacional; valorizar e demonstrar atitudes de respeito ao trabalho e ao homem do campo; promover interesse e participação na gincana e na festa junina; compreender a história da festa junina, bem como	Interação entre família, escola e aluno; internalizar importantes características e tradições de nossa cultura e tradição; Mostrar-se consciente da importância do trabalho e do homem do campo para nosso dia-a- dia; compreender e valorizar o trabalho em grupo através da gincana da festa junina.	Enfeitar a escola com trabalhos realizados nas salas de aula referente às tradições juninas; realizar a gincana de alimentos, onde a sala que mais arrecadar alimentos será premiada, rifa do rei e rainha da pipoca também com premiação. E culminância com a festa junina.	Os alunos serão avaliados pela participação, assiduidade, comportamento, no decorrer de todo Projeto e pela sua colaboração, organização e desempenho durante as apresentações das atividades proposta.	Direção, coordenação pedagógica, professores e alunos.	Durante o mês de Maio e Junho.

seu valor dentro do folclore brasileiro, destacando seus aspectos sociais e religiosos; Perceber a importância do trabalho em equipe e a união do mesmo.					

C- PLANO DE AÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA- 2019

Projeto Interventivo e Reagrupamentos Inter e intraclasse

Objetivos Específicos	**Ações/estratégias**	**Parcerias Envolvidas nas Ações**	**Público**	**Cronograma**	**Avaliação das Ações**
Desenvolver o trabalho através de atividades diferenciadas da sala de aula, elaboradas e planejadas a partir de avaliação individual, que mostra de forma efetiva quais dificuldades cada aluno apresenta e quais situações didáticas devem ser promovidas para saná-las.	Atender diariamente, em horário contrário ou no mesmo da matrícula escolar, os alunos com maiores necessidades de aprendizagens, respeitando os níveis de cada um e as distorções idade/série.	Professor readaptado e coordenação pedagógica.	Alunos que encontram-se fora do nível com dificuldades de aprendizagem e com distorção idade série, matriculados de 1º ao 5º ano.	Período de 11/02 a 19/12 de 2019.	Avaliação processual, contínua e diagnósticos psicogenéticos.

D- PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

DIMENSÃO: Projeto transição (sequencial);

Objetivos	Metas	Ações	Avaliação das Ações	Responsáveis	Cronograma
Contribuir para que os alunos do 5º ano tenham uma transição suave em relação a tempos, espaços, professores, materiais, novos agrupamentos e avaliação.	Fazer com que os alunos do 5º ano tenham uma prévia adaptação do cotidiano do 6º ano.	Levar os alunos dos 5ºanos para visitar e conhecer o espaço da escola, o novo ambiente escolar, professores, funcionários. Lidar com o horário de disciplinas e professores diferentes. Ter contato com conteúdos mais aprofundados.	A avaliação do projeto será contínua e dependendo das singularidades de cada aluno.	Direção, coordenação pedagógica, professores e alunos.	Durante o ano de 2019